

O pânico não é bom conselheiro

MARTINS PEREIRA

1 Simplificando, propositadamente (e porque o espaço é pouco): quem governa o mundo é algo bem mais concreto — os grupos transnacionais. Serve-lhes, isso sim, de ideologia a ordem nas ruas e a competição nos espíritos. Porque isso é indispensável para o funcionamento do «mercado». A competição sem ordem — é a Rússia. Dá ótimos negócios, mas comporta riscos elevados. Aqueles grupos querem ter lá um pé, mas até «aquilo» ficar mais claro, preferem-lhe os países do Extremo Oriente (a China em primeira linha): já por lá há, pelo meio de biliões de gente sem interesse, muitos milhões de trabalhadores ordeiros e baratos e de consumidores ávidos de vídeos e jogos de computador. E, coisa curiosa, enquanto estimulam a competição entre estudantes (futuros quadros), trabalhadores (a carreira, o sucesso, o dinheiro), fornecedores e consumidores, esses mesmos grupos competem cada vez menos: não há dia em que não se fundam, façam *joint-ventures* e acordos, acertem estratégias. Como estamos do outro lado (a famosa dicotomia «nós/eles»), *parece-nos* que a competição governa o mundo. É isso justamente o que se pretende, e os políticos, como se tem visto nos últimos tempos, são bem pagos (pelas empresas, claro) para manter a ordem e para incutir o espírito competitivo entre os cidadãos. Uma última nota: o «mundo» não são só os países «ocidentais», os «dragões» orientais, a China e o Japão. No resto do mundo, só interessam o petróleo, as matérias-primas e as guerras (o sempre florescente ne-

gócio das armas). Quanto ao resto, eles que se governem. A competição (e a ordem) nesses países é vista como um caso perdido. Por fim, gostaria de perguntar: quando um aluno passa o ponto a um colega, devemos lamentar a sua falta de espírito competitivo, ou louvar a amizade e solidariedade que revela? A esperança passa pela resposta que dermos a esta questão.

2 A «globalização» é outro chavão ideológico. Não há globalização de culturas, no sentido amplo: os modos de *viver*, de nos relacionarmos uns com os outros, de criar, de amar. Há, sim, uma enorme expansão internacional dos mercados, melhor, das empresas (de um número ínfimo, mas poderoso, de empresas), mas que está longe de ser planetária (v. resposta anterior). Perigos? Para quem? Como vimos, o risco é imenso de se aprofundar o abismo entre ricos e pobres, empregados e desempregados, integrados e marginalizados, no seio mesmo das sociedades ditas desenvolvidas (já nem falo no desastre social a que conduziu a competição desenfreada numa Rússia). Mais grave ainda, o fosso entre países, regiões, continentes (o «Sul» e o «Norte», por exemplo). Será isto um perigo, ou uma *chance*? É uma questão muito séria, que evitamos enfrentar. Devemos sentir isso como um perigo para «nós», ou regozijarmo-nos com (talvez) a última *chance* para os famintos, os miseráveis, os «danados da terra» (incluindo aqueles que cruzamos todos os dias)? Mais: devemos lamentar que os empregos que os nossos países estão a

perder cada dia estejam a ser transferidos (pelas empresas «globais») para as Tunísias, as Índias, as Malásias, as Chinas? Ou, em lugar disso, deveríamos saber imaginar dispositivos não competitivos que tornassem as nossas sociedades *outras*? Mais ainda: devemos lamentar o declínio (económico, político) da Europa e temer, pelos nossos netos, uma China todopoderosa dentro de 50 anos? Os declínios históricos das «grandes potências» e as deslocções de hegemonia têm sido, até hoje, irreversíveis. Cheira a batalha perdida, para que, contudo, nos querem mobilizar. Também aqui, porque não imaginar uma Europa *outra*? Há tanta coisa por pensar... E o pânico perante perigos inevitáveis, ou imaginários, nunca é bom conselheiro.

3 «Diálogo entre culturas» soa bem. Tão bem que, se soubesse do que se trata, aprovaria sem reservas. Mas atenção. O multiculturalismo «politicamente correcto» (por mais bem-intencionado) cheira-me a um caso

típico de «ocultação»: corrigem-se as palavras, à falta de saber (poder) corrigir os actos. Num outro extremo, não se pense que a multiplicação de congressos de escritores (com a sua função e utilidade próprias) possa ser mais do que «diálogos de gente culta», o que está longe de ser «diálogo de culturas». Os muitos que já se fizeram entre Portugal e o Brasil não chegaram para evitar a questão dos dentistas brasileiros entre nós... Que diálogo, então? Entre *que* culturas? A que nível? Como? Gostaria de pensar que a educação, cada vez mais educação, seria a chave. Mas, e até lá? E o que vemos de discriminação, de racismo, mesmo nos países mais «educados» e «civilizados»? Não faltam, mesmo, coisas para pensar, para discutir, para fazer. Mas quem está interessado? A pala do Sporting ou a penhora da Antas — não serão essas as *grandes questões*?

Engenheiro Químico, ensaísta (último livro: «No Reino dos Falsos Avestruzes», ex-secretário de Estado da Indústria

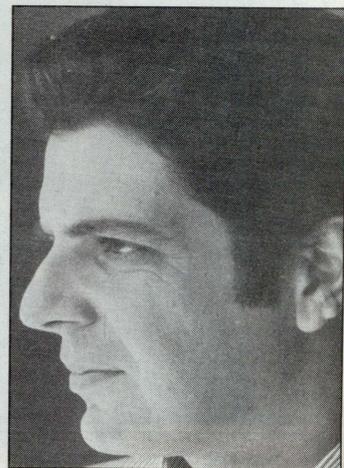
Pensar o multiculturalismo

MANUEL MARIA CARRILHO

1 É um facto que a competição **governa** o mundo — que o faz há muito e que o pode continuar a fazer, aparentemente sem limites. É por isso natural que analisar a situação entretanto assim criada e avaliar os seus limites apareça, hoje, como um imperativo prévio a qualquer esforço de compreensão prospectiva.

2 Mas será isso possível? Não será justamente um dos mais corrosivos efeitos da aceleração dos processos de globalização o de tornar a competição num paradigma de tal modo poderoso que ela surge como incontornavelmente universal, privando deste modo a sua análise de uma perspectiva efectivamente crítica, isto é, minimamente alternativa? Um dos méritos de «Limites à Competição» é o de não iludir esta dificuldade de fundo, procurando abrir vias ousadamente reformadoras de que a proposta de uma «nova contratualidade» — que vai da sobrevivência à ecologia passando pelo repensar da cultura e da democracia — fornece um estimulante desafio.

3 Neste contexto o «diálogo» entre culturas é sem dúvida um lance decisivo, sobretudo se se souberem sacudir certos estereótipos políticos e se compreender a cultura não com o espaço em que a identidade dos povos, numa pulsão de hegemonia, se afirma, mas onde ela, na complexa «negociação» das diferenças, se **joga**. Razão tem o filósofo



MANUEL MARIA CARRILHO

Charles Taylor quando aponta como uma das tarefas mais urgentes deste fim de século a de pensar o «multiculturalismo», e de o fazer a partir de uma nova conjugação da singularidade com a democracia, da diferença com a igualdade, do indivíduo com a comunidade.

Professor de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa



JOÃO MARTINS PEREIRA